

ESTADO,
POLÍTICAS PÚBLICAS
E EDUCAÇÃO

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Marilda Pasqual Schneider
Jaime Moreles Vázquez
(organizadores)

ESTADO,
POLÍTICAS PÚBLICAS
E EDUCAÇÃO

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estado, políticas públicas e educação / organizadores Maria de Lourdes Pinto de Almeida...[et al.]. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. – (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador*)

Vários autores.

Outros organizadores: Marilda Pasqual Schneider, Jaime Moreles Vázques

ISBN 978-85-7591-434-2

1. Educação 2. Educação superior 3. Estado 4. Políticas educacionais 5. Políticas públicas. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Schneider, Marilda Pasqual. III. Vázques, Jaime Moreles. IV. Série.

16-05255

CDD-379

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas educacionais : Educação 379

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

Este libro está disponible en texto completo
en la Red de Bibliotecas Virtuales de **CLACSO**

Série Educação Geral, Superior e Formação Continuada do Educador

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JULHO/2016

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

| | |
|---|---|
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Marilda Pasqual Schneider e Jaime Moreles Vázquez | |

Parte 1

ESTADO E POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

capítulo 1

| | |
|---|----|
| NUEVA GOBERNACIÓN EN EDUCACIÓN Y DINÁMICAS PARA LA MEJORÍA: PRESIÓN VERSUS COMPROMISO | 21 |
| Antonio Bolívar | |

capítulo 2

| | |
|--|----|
| POLÍTICAS DE EVALUACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA: DEBATES, IMPACTOS Y DESAFÍOS | 65 |
| Enrique Martínez Larrechea | |

capítulo 3

| | |
|--|----|
| ESTADO, POLÍTICAS DE EVALUACIÓN Y DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN MÉXICO. | 83 |
| Leticia Pons Bonals | |

capítulo 4

| | |
|---|-----|
| CONFIGURAÇÕES DO ESTADO-AVALIADOR E REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS | 113 |
| Marilda Pasqual Schneider e Camila Regina Rostirola | |

capítulo 5

| | |
|---|-----|
| AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E BALANÇO DA POLÍTICA ATUAL | 137 |
| José Camilo dos Santos Filho | |

capítulo 6

| | |
|---|-----|
| PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA. | 177 |
| Iana Gomes de Lima | |

Parte 2

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

capítulo 7

| | |
|--|-----|
| CIENTÍFICOS Y POLÍTICOS II: LA CRISIS DE LA MEDIA VIDA ACADÉMICA Y EL USO POLÍTICO DE LA INVESTIGACIÓN | 209 |
| Jaime Moreles Vázquez | |

capítulo 8

| | |
|---|-----|
| INTELECTUALES ACADÉMICOS Y REFORMAS INSTITUCIONALES EN BRASIL: NEOAMERICANISMO. | 233 |
| João dos Reis Silva Júnior, Daniel Schugurensky e Luiz Carlos Anelli Júnior | |

capítulo 9

EL SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGADORES
(SNI) DE MEXICO, UN SISTEMA LEGAL QUE ORIENTA,
FORTALECE Y DEBILITA LA INVESTIGACIÓN DEL PAÍS. . . . 263
Sara Aliria Jiménez García

capítulo 10

AS LEGISLAÇÕES LOCAIS E O CONCEITO DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO 287
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

capítulo 11

POLÍTICAS E GESTÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
BÁSICA NO BRASIL: SOBRE TESSITURAS
E PROJETOS EM DISPUTA 307
Elton Luiz Nardi e Durlei Maria Bernardon Rebelatto

capítulo 12

A EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O EMPODERAMENTO DA
CLASSE TRABALHADORA: POSSIBILIDADES E LIMITES DO
PNE COMO INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA
UNIVERSIDADE 329
Edite Maria Sudbrack, Hildegard Susana Jung e
Tharles Gabriele Cauduro

POSFÁCIO

ESTADO, MERCADO E PESQUISA ACADÊMICA: UMA
DISCUSSÃO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE & SETOR
PRODUTIVO 353
Maria de Lourdes Pinto de Almeida

SOBRE OS AUTORES. 375

APRESENTAÇÃO

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

Marilda Pasqual Schneider

Jaime Moreles Vázquez

As políticas educacionais concebidas nas últimas décadas na maioria dos países latino-americanos e europeus decorrem majoritariamente do processo de reestruturação do capitalismo mundial. Sob a égide dos princípios do neoliberalismo, as mudanças realizadas especialmente entre os anos de 1980 e 1990 – e em desenvolvimento nesse início do século XXI – no campo da educação tiveram como palco as fortes críticas de organismos internacionais às funções dos Estados nacionais frente à crise do processo de acumulação capitalista. Associadas à percepção de uma crise também no sistema educativo, as reformas implementadas sofreram “um processo de indução externa” (Krawczyk e Vieira 2008, p. 15) sendo resultantes de mudanças sistêmicas empreendidas no tocante ao papel do Estado.

O fato de admitirmos que as reformas possam estar sendo moldadas não como uma criação nacional autônoma mas a partir de pontos de vista supranacionais (Dale 2004) não significa dizer que elas não levem em conta as idiossincrasias e especificidades locais. Uma das características do novo papel do Estado aponta justamente

para um conjunto híbrido de fluxos, que combina o protagonismo do Estado com a desconcentração das suas responsabilidades perante as políticas sociais.

O marco referencial das mudanças, portanto, tem sido a emergência de um Estado menos pesado e mais fraco nas questões de mercado, mas mais forte e atuante no tocante às políticas de corte social. Pressupostos da qualidade total, da competitividade, da eficiência e eficácia são importados do sistema econômico para o sistema educativo configurando o que alguns autores têm vindo a designar de mecanismos de um quase-mercado, porquanto a maior consequência dessas mudanças foi a diminuição das fronteiras entre o setor público e o privado.

Afonso (1999, p. 115) considera as reformas empreendidas nas duas últimas décadas do século XX como estratégias de mercado “porque substituem o monopólio dos fornecedores do Estado por uma diversidade de fornecedores independentes e competitivos”. Mas são quase “porque diferem dos mercados convencionais em aspectos importantes”. Um desses aspectos é que, embora tenha em vista o cliente, as organizações assim denominadas não visam maximização de seus lucros. Outro aspecto refere-se ao fato de que “o poder de compra dos consumidores não é necessariamente expresso em termos monetários e, em alguns casos, os consumidores delegam em certos agentes a sua representação no mercado” (*Ibid.*)

Coerentes com a lógica desse novo papel do Estado, os organismos internacionais passaram a defender a transferência de responsabilidades e funções do Estado “para novos actores sociais” sem, no entanto, esbater-se o seu protagonismo (Afonso 2001, p. 37). As ferramentas utilizadas para a ação pública do Estado foram concebidas sob a lógica da *New Public Management* ou, como cunhada no Brasil, a Reforma Gerencial do Estado, que impõe formas de regulação pós-burocráticas em oposição ao modelo weberiano predominante até então na maioria dos países constituindo, portanto, um novo movimento social em torno da atuação do Estado.

Ao referir-se às novas formas de atuação frente às políticas públicas e educacionais, Dale (2004, p. 446) afirma que muitos Estados Nacionais “remodelaram-se a si mesmos como estados ‘competitivos e contratuais’, com uma gama restrita de atividades e uma gama de articulações instaladas para a coordenação de atividades não-centrais” (destaques do autor). Essas formas de atuação têm favorecido a redefinição dos serviços educativos e a gestação de um novo modo de regulação social “que passa pela preocupação de garantir, em primeiro lugar, a competitividade do país face a um mercado cada vez mais mundializado” (Stoer 2001, *apud* Antunes 2005, p. 39).

O surgimento do Estado-avaliador (Neave 1999) constitui um dos mais expressivos dispositivos disseminados em larga escala pelos organismos internacionais como parte importante das novas formas de regulação pelas quais deve operar a reforma gerencial dos Estados Nacionais. Por meio da implantação de sistemas de indicadores nacionais e internacionais de responsabilização e prestação de contas (*accountability*), desenvolvidos em perspectiva comparada, o Estado-avaliador passa a controlar a gestão dos sistemas de ensino, o funcionamento das escolas e o trabalho dos professores orientando o delineamento de certas prioridades e certos padrões de qualidade.

Diante do contexto aqui brevemente referido, a presente obra tem como objetivo refletir sobre o papel do Estado no contexto das políticas públicas para a educação a partir de diferentes abordagens, pontos de vista e realidades. Os textos apresentados na modalidade coletânea estão dispostos em dois grandes eixos de discussão, os quais sintetizam as opções teórico-metodológicas dos autores no entrelaçamento das relações entre Estado, políticas públicas e educação: Estado e Políticas de Avaliação / Políticas Públicas e Educação.

Abrindo a discussão acerca do tema do primeiro eixo, Antonio Bolívar da Universidade de Granada discute a *Nueva gobernación en educación y dinámicas para la mejoría: presión*

versus compromiso defendendo a tese de que estamos diante de novos modos pós-burocráticos de governança da educação para conseguir melhorias. O que se convencionou em chamar de “reestruturação educacional” supõe, de fato, uma nova “governança” da educação, que inclui – entre outros – uma desregulamentação, mercantilização e introdução de princípios de gestão do âmbito empresarial. Para o autor, analisam-se duas vias de desenvolvimento para provocar a melhoria: uma que privilegia a competição, recorrendo à *imagem mercantil* como dispositivo regulador, e outra dirigida ao *compromisso e colaboração* dos atores (Sahlberg 2011). Segundo Bolívar, a primeira pressiona *de fora*, e a segunda procura uma implicação *desde dentro*.

No capítulo dois temos um texto sobre as *Políticas de evaluación en la educación superior em América Latina: debates, impactos y desafíos* escrito por Enrique Martínez Larrechea. No texto, o autor apresenta quadro geral das políticas de avaliação da educação na América Latina e no Caribe em educação superior. Partindo de uma contextualização crítica da emergência da avaliação nas políticas de ensino superior, são descritas as políticas especificamente voltadas à avaliação educacional neste nível a partir de mecanismos nacionais e regionais institucionalizados entre 1989 e o do intento de propor novos dispositivos globais nas primeiras décadas do novo século. O capítulo fornece insumos para pensar o processo de desenvolvimento destas políticas como parte de um duplo processo paralelo: de globalização e de localização da Educação Superior.

Leticia Pons Bonals nos brinda com um debate sobre a forma como se apresentam as ações e resultados das avaliações das políticas públicas do Estado mexicano orientadas à diminuição das desigualdades educacionais em nível regional, no capítulo que tem como título *Estado, políticas de evaluación y desigualdades educativas en México*. A autora sustenta sua argumentação no fato de que, nos documentos que formulam estas políticas, assim como nos que as avaliam, reproduzem-se lugares comuns em torno de

um suposto desenvolvimento que sempre está por vir e que pouco impacta na mudança regional e nos projetos de vida dos cidadãos mexicanos que vivem em condições de pobreza e marginalização social. Para a autora, a crítica ao discurso nos documentos oficiais sobre a avaliação dos resultados das políticas públicas convida a transcender o texto da forma que Angenot (1998, p. 23) propõe para situar o leitor nas possibilidades de “*su aceptabilidad, su eficacia, medir sus encantos [...] [lo que] produce en sus destinatarios de elección. Esta crítica engloba, pues, los habitus de producción y consumo de tales discursos y de tal tema, las disposiciones activas y los gustos receptivos [...]*”. A exposição deste trabalho contempla, na primeira parte, a apresentação dos argumentos que o guiam; na segunda expõem-se alguns conteúdos dos *Planes Nacionales de Desarrollo 2007-2012 e 2013-2018* que ressaltam a relação desenvolvimento regional-educação, ponto nodal em uma retórica que insiste em apresentar uma relação simplista e causal. Na terceira parte se revisam alguns resultados apresentados pelo *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL) nos relatórios das avaliações realizadas em 2008, 2012 e 2014, nos programas de melhora da educação, e nos quais se repete o mesmo esquema.

Marilda Pasqual Schneider e Camila Regina Rostirola, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, discutem no capítulo intitulado *Configurações do estado-avaliador e repercussões nas políticas educacionais brasileiras* três estágios do Estado-avaliador caracterizados por Afonso (2013), procurando reconhecer qual desses estágios situaria melhor as atuais formas de avaliação praticadas no Brasil. Para Schneider e Rostirola, apesar de pautar sua análise na realidade europeia, a reflexão tecida por Afonso permite estabelecer importantes conexões com a fase atual do Estado-avaliador no Brasil haja vista que este autor também estuda a realidade dos países da América Latina e mantém contatos assíduos com pesquisadores brasileiros da área da educação.

No capítulo que debate a *Avaliação da educação superior no Brasil: antecedentes históricos e balanço da política atual*, José Camilo dos Santos Filho, professor titular da Unicamp e da Unoeste apresenta uma breve análise das experiências históricas brasileiras de avaliação institucional da educação superior, caracterizando a política atual de avaliação institucional implantada nas instituições de educação superior e apontando suas vinculações ou contrastes com as experiências anteriores. O autor faz um balanço crítico do modelo atual de avaliação em relação aos seus fundamentos teóricos e metodológicos, à dialética autonomia universitária e regulação externa, ao uso da avaliação para a tomada de decisão, à participação da comunidade acadêmica na avaliação interna, à participação discente no Enade e ao impacto da educação superior nos estudantes.

Finalizando o primeiro eixo dos debates sobre o tema, Iana Gomes de Lima da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, debate as *Parcerias público-privadas em educação e justiça social: uma discussão a partir da análise de uma política pública*. Para a autora, um dos argumentos que tem justificado a adoção de parcerias público-privadas em escolas públicas brasileiras é a diferença de qualidade que há entre os sistemas educacionais público e privado no Brasil, sendo possível verificar que há uma grande diferença entre os níveis socioeconômicos dos alunos que frequentam as escolas públicas municipais e estaduais no Brasil e os alunos que frequentam as escolas privadas. A discussão central da autora versa sobre a inserção de parcerias público-privadas na educação a partir do conceito de justiça social, proposto por Young (2006a). Para tanto, a autora apresenta, inicialmente, dois modelos de análise de justiça social: o modelo de responsabilidade civil – sobre o qual aponto algumas das limitações analíticas elencadas por Young (2006a) – e o modelo de conexão social proposto pela autora como uma alternativa para o modelo de responsabilidade civil. Após a apresentação dos dois modelos, faz uma leitura do que tem circulado nos discursos midiáticos no Brasil sobre o ensino das escolas públicas, relacionando tais discursos com o modelo de

responsabilidade social e mostrando que uma das respostas aos problemas veiculados nestes discursos tem sido o estabelecimento de parcerias público-privadas em educação. Por fim, apresenta dados de uma pesquisa sobre uma parceria público-privada em educação no estado do Rio Grande do Sul (Lima 2011). Através da apresentação dos dados desta pesquisa, Lima propõe uma discussão, a partir do modelo de conexão social (Young 2006a), de como tais parcerias não trazem maior justiça para as crianças que frequentam o sistema público de educação.

Abrindo o debate do segundo eixo temático intitulado *Políticas Públicas e Educação*, Jaime Moreles Vázquez da Universidade de Colima expõe argumentos para compreender a participação de pesquisadores em cargos diretivos dentro e fora do âmbito acadêmico por meio do texto *Científicos y políticos II: la crisis de la media vida académica y el uso político de la investigación*. O capítulo faz parte de um projeto do autor que implica na escrita de uma saga, em três episódios, acerca da relação pesquisa-políticas-práticas educativas. Para Vázquez, o propósito é que nas três partes se observe uma progressão na compreensão do fenômeno da pesquisa e a política e da relação entre pesquisadores e funcionários e outros usuários potenciais da pesquisa. O autor procura mostrar a complexidade da *utilização* da pesquisa educativa e ao mesmo tempo sugerir traços da relação entre pesquisadores e funcionários, e entre pesquisadores e outros profissionais da educação.

João dos Reis Silva Júnior, Daniel Schugurensky e Luiz Carlos Anelli Júnior trazem um debate sobre *Intelectuais acadêmicos e reformas institucionais no Brasil: neoamericanismo*. No texto, os autores fazem uma reflexão sobre o contexto social, econômico e político da educação superior estadunidense das últimas décadas tendo em vista contribuir para a compreensão de algumas transformações nas universidades públicas brasileiras. Destacam as funções sociais, econômicas e políticas da ciência acadêmica dos Estados Unidos em consolidada transição para recolocar a universidade como parte do sistema produção. Para os

autores, as universidades brasileiras, como as de outros países, estão sujeitas aos efeitos da globalização e da comercialização crescente dos resultados do trabalho universitário.

Sara Aliria Jiménez García da Universidade de Colima no México, analisa o Sistema Nacional de Investigadores (SNI) de México e indaga *El SNI, ¿un sistema que orienta y fortalece la investigación en México?* Em seu texto, García afirma que as avaliações desenhadas pelo governo do México para valorizar as instituições de educação superior, seus programas e atores, modificaram os modos como se organizam e desenvolvem as atividades destes contextos, pois atualmente não somente são mecanismos para prestar contas do que foi realizado, mas também são processos que ditam, determinam e redistribuem os saberes, recursos, ações, e interesses dos atores que trabalham nas universidades. Este texto traz uma reflexão que visa entender melhor a profissão de pesquisador no México, analisando quais são os referenciais de conhecimento para que os atores compreendam o ofício científico.

No capítulo intitulado *As legislações locais e o conceito de gestão democrática da educação*, tendo como *locus* de pesquisa as redes municipais dos 12 municípios mais populosos do Rio Grande do Sul, Rosimar Serena Siqueira Esquinsani realiza um mapeamento de legislações locais sobre como o tema da gestão democrática do ensino público focalizando o provimento do cargo de gestor escolar. Em seu texto, a autora sublinha o avanço democrático conquistado pelos municípios foco da análise, ratificando a necessária regulamentação da Gestão Democrática para que um dos mecanismos ou ações da mesma – a eleição de diretores – não reste por representar a integralidade do conceito.

Elton Luiz Nardi e Durlei Maria Bernardon Rebelatto da Universidade do Oeste de Santa Catarina nos brindam com uma análise sobre *Políticas e gestão da escola de educação básica no Brasil: sobre tessituras e projetos em disputa*. O texto propõe uma análise de tendências atuais no campo das políticas educacionais e da gestão da escola pública de educação básica no Brasil. Recorrendo

a referenciais históricos e políticos, traça um panorama da trajetória da construção do conhecimento em administração da educação no país, pondo em evidência contextos influentes, continuísmos e rupturas que atravessam o campo da educação e que se modificam conforme demandas e dinâmicas convocadas pelos padrões de desenvolvimento da sociedade. De posse desses elementos, passa a abordar tendências e embates de projetos em disputa que atravessam o cenário atual da gestão da escola pública brasileira, entendendo-os como fenômenos repercussivos das reformas educacionais levadas a efeito nos anos de 1990 e como decorrentes dos delineamentos postos em marcha por essas políticas.

Edite Maria Sudbrack, Hildegard Susana Jung e Tharles Gabriele Cauduro da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões discutem *A educação superior para o empoderamento da classe trabalhadora: possibilidades e limites do PNE como instrumento de democratização da universidade*. No texto, os autores propõem uma reflexão da educação enquanto política pública. A grande questão posta no texto é pensar a educação repensando todo o Estado, uma vez que a política educacional sofre injunções das esferas política, econômica e social.

No Posfácio que encerra os textos desta obra Maria de Lourdes Pinto de Almeida traz uma reflexão assentada no tripé Estado, Mercado e Pesquisa. Em tom conclusivo, no texto *Estado, mercado e pesquisa acadêmica: uma discussão da relação universidade & setor produtivo*, Almeida estabelece uma análise do capitalismo na perspectiva da economia política reforçando a premissa de que, frente ao ideário liberal recente, o caráter público da universidade e da pesquisa científica encontra-se susceptível a várias interpretações por parte dos próprios acadêmicos. Nesse contexto, a educação apresenta-se como uma forma de preparar o indivíduo para trabalhar em equipe e saber lidar com o imprevisto.

Para além das discussões que a abordagem do tema proporciona e da tentativa de agrupar os textos em dois grandes eixos, esta coletânea permite desvelar realidades que, apesar de terem como referência cenários distintos do ponto de vista da localização

geográfica de seus autores, demonstram o caráter homogêneo de muitas políticas públicas posto resultarem de mudanças sistêmicas e globais empreendidas no tocante ao papel do Estado.

Agradecemos a todos os autores que prontamente atenderam nosso convite para compor essa coletânea e desejamos que os textos que a compõem possam contribuir para enriquecer o debate no tripé Estado, políticas públicas e educação.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela (2001). “A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas: elementos para pensar a transição.” *Sociologia, problemas e práticas*, nº 37, p. 33-48.
- _____. (1999). “Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica.” *Educação e Sociedade*, ano XX, nº 69, dez.
- ANTUNES, Fátima (2005). “Reconfigurações do Estado e da Educação: novas instituições e processos educativos.” *Revista Lusófona de Educação*, nº 5, pp. 37-62.
- BARROSO, João (2008). “Prefácio”, in: KRAWCZYCK, Nora Rut e VIEIRA, Vera Lucia *A reforma educacional na América Latina nos anos 1990: uma perspectiva histórico-sociológica*. São Paulo: Xamã, pp. 9-13.
- DALE, Roger (2004). “Globalização e educação: demonstrando a existência de uma ‘Cultura Educacional Mundial Comum’ ou localizando uma ‘Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?’” *Educação e Sociedade*, vol. 25 nº 87, pp. 423-460, maio/ago.
- KRAWCZYCK, Nora Rut e VIEIRA, Vera Lucia (2008). *A reforma educacional na América Latina nos anos 1990: uma perspectiva histórico-sociológica*. São Paulo: Xamã.